

Ibama fiscaliza madeireiras malaias e chinesas

Exército apóia ação de peritos na Floresta Amazônica

ORLANDO FARIAS
Agência JB

MANAUS — O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) já tem pronta uma fórmula para fiscalizar e enquadrar as madeireiras da Malásia e da China, em fase de implantação no estado do Amazonas: a ação permanente de uma força-tarefa, composta por 150 engenheiros, que vai monitorar todos os planos de manejo concedidos às empresas madeireiras na Amazônia. A decisão foi tomada como uma solução para a limitada ação fiscali-

zadora do órgão no Amazonas, onde existem apenas 52 fiscais para zelar por 1,5 milhão de quilômetros quadrados de território.

Ao menor sinal de que malaios e chineses estejam descumprindo as normas ambientais brasileiras, a força-tarefa entra em cena, apoiada logística e militarmente pelo Exército, com o qual o Ibama mantém um convênio de proteção à flora e fauna. Segundo o superintendente do Ibama no Amazonas, Hamilton Casara, a atuação foi iniciada há 15 dias, com um levantamento completo dos atuais planos de manejo concedidos às madeireiras.

O primeiro resultado concreto foi divulgado à Agência JB: 30% dos 95 planos de manejo no Amazonas foram cancelados. "Eles

apresentavam sinais de que não estavam manejando corretamente a floresta", diz Casara, advertindo que a força-tarefa não foi criada exclusivamente para monitorar a ação dos malaios e chineses nesse Estado: "Estamos preocupados com todo o tipo de ação predatória sobre a floresta amazônica."

Laminadoras — Segundo Casara, o Ibama dispõe de informações da compra de apenas uma área de terras. Ela fica no município de Itamaraty-Pio-Juruá, tem a extensão de 300 mil hectares e foi adquirida pela companhia chinesa WTK. "Tem-se observado a presença de grupos da Malásia, China, Japão e Coréia do Norte em busca de grandes áreas ricas em madeiras", informa o superintendente.

Quanto à aquisição de empresas madeireiras o interesse está centrado em laminadoras. O Ibama garante que já foram adquiridas as empresas locais Amaplac, Sitec e Compensa. A primeira por um grupo da Malásia e as duas últimas por grupos chineses, inclusive com capital estatal.

Auditoria — Embora estejam operando em média escala, já há informações nos órgãos ambientais estaduais de que os projetos de extração de madeira para o futuro são de grande magnitude, podendo até mesmo determinar a quintuplicação da produção de madeira no Amazonas, já a partir do próximo ano. As três madeireiras estão no momento sob auditoria de técnicos do Ibama.

A chegada das madeireiras da

Malásia também provocou uma radical mudança na legislação ambiental de âmbito estadual. O governo do Amazonas vai encaminhar mensagem à Assembléia Legislativa, nesta segunda-feira, visando impedir que corporações estrangeiras comprem projetos madeireiros prontos e não se submetam ao licenciamento ambiental. Pela nova lei, um plano ambiental que passa ao controle de uma outra empresa automaticamente está nulo, garante o presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipam), Vicente Nogueira.

A estratégia de comprar projetos prontos e em execução foi utilizado por grupos malaios para adquirir as três madeireiras amazonenses. Como as três empresas

á possuem planos de manejo e de impacto ambiental aprovados pelo Ibama e no Ipam, os dois grupos foram direto solicitar à Secretaria Estadual da Indústria e Comércio a transferência do controle acionário de ambas. Os processos ainda tramitam na Secretaria, segundo o diretor Wilson Cruz. Trata-se do primeiro passo para que as madeireiras da Malásia obtenham incentivos fiscais para cortar a madeira no Amazonas praticamente de graça e exportá-los para países do Primeiro Mundo. As três madeireiras — Amaplac, Sitec e Compensa — adquiriram, juntas, 43 mil metros cúbicos de madeira produzidos nas safras de 1995 e 1996, correspondentes a 6% do total da produção dos respectivos exercícios.

JB
21/7/96
R08